

BUNKER

REVISTA

POLÍTICA E EDUCAÇÃO

PERDEU

**“O CASO DO BATOM
GOLPISTA”**



Manhã
10:30

Tarde
16:30

Noite
22:30

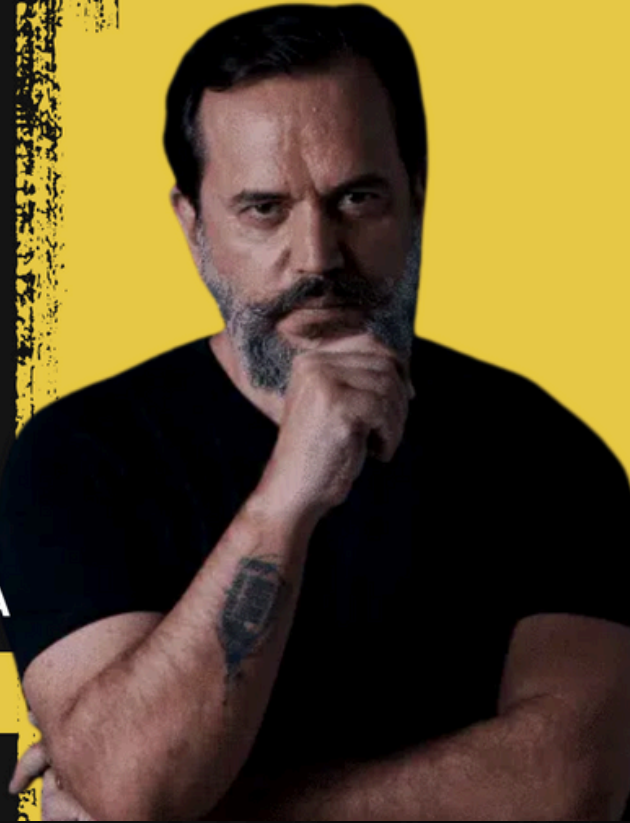


YouTube

BUNKER PODCAST

#11 RICARDO VENTURA

O POVO ACORDOU



Ricardo Roveran

NO CANAL DO YOUTUBE

ABRIL

Revista Bunker

10 CRÉDITO CONSIGNADO
PRIVADO

14 A DEMOCRACIA DO
BATOM VERMELHO

18 O CASO DO BATOM!

22 O ANTISSEMITISMO E
SUAS IMPLICAÇÕES
GLOBAIS



28 NOS CONFLITOS DA
ALMA: A HISTÓRIA DA
GUERRA





48 JURISTOCRACIA: A JUSTIÇA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE POLÍTICO E SOCIAL

50 COELHOS & ORELHAS

52 CULTURA

54 AGORA LEVANTA E ANDA!

33 AS FERROVIAS NA GUERRA

40 PRELIMINARES DE UM MANIFESTO SAQUAREMA

46 OS 570 ANOS DA IMPRENSA E A CRUZADA CONTRA O CRISTIANISMO





INSTAGRAM
jornalbunker



FACEBOOK
Jornal Bunker



THREADS
jornalbunker.

FALE CONOSCO

revista@jornalbunker.com.br

REVISTA
BUNKER

Diretor de Redação

Ricardo Roveran

Editora Chefe

Ana Claudia Carregaro

Correção

Rodrigo Abrahão Passos

Colunistas

Ana Barbieri

Claudio Caivano

Jayme Nigri

José Roberto Azambuja

Lucas Evaristo

Marcel Prado

Rodriggo Moraes

Rodrigo Schirmer

Rosi Abrahão

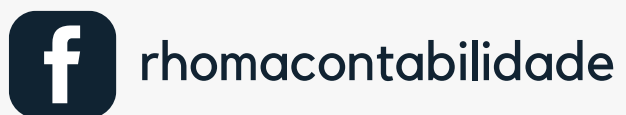
Wagner de Souza

Zilamar Takeda

CNPJ:08.226.311/0001-85

Rua Felisbino dos
Santos,456
Pirituba -São Paulo
CEP: 05142-080





A CONTABILIDADE FÁCIL

Conte com a nossa experiência para fazer
a contabilidade do seu negócio



www.rhoma.cnt.br
(11) 9 7971-5243.



Por Marcel Prado

Crédito Consignado Privado: Tudo o Que Você Precisa Saber Antes de Contratar

Em um mundo onde manter as finanças equilibradas nem sempre é uma tarefa fácil, o crédito consignado privado surge como uma alternativa promissora para trabalhadores do setor privado. Se você tem carteira assinada e já se viu precisando de um dinheiro extra para quitar dívidas, investir em um projeto ou simplesmente ter mais fôlego financeiro, essa modalidade pode ser uma opção interessante. Mas será que vale a pena? Como funciona? Quais são as vantagens e os cuidados necessários?

Diferente dos empréstimos tradicionais, onde as taxas de juros podem ser altíssimas e as condições de pagamento nem sempre são vantajosas, o crédito consignado privado permite que as parcelas sejam descontadas diretamente na folha de pagamento. Isso reduz o risco para os bancos e, conseqüentemente, possibilita condições mais atrativas para os trabalhadores. No entanto, como qualquer crédito, ele precisa ser utilizado com responsabilidade.

Nos últimos dias, o interesse por essa modalidade explodiu. Conforme o Ministério do Trabalho e Emprego, mais de 35 milhões de simulações foram realizadas no aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, e milhões de propostas de empréstimo foram solicitadas. Esse volume impressionante mostra o quanto os brasileiros estão atentos a novas oportunidades financeiras – mas também reforça a importância de conhecer bem o produto antes de contratá-lo.

Vamos entender melhor como funciona essa novidade e o que você precisa saber antes de tomar qualquer decisão.

Como Funciona o Consignado Privado?

O crédito consignado privado funciona de forma simples, mas é importante conhecer bem as etapas para aproveitar ao máximo essa modalidade.

Diferente de um empréstimo convencional, onde o pagamento das parcelas é feito pelo próprio cliente por meio de boletos ou débitos em conta, no consignado privado as prestações são descontadas diretamente da folha de pagamento do trabalhador. Isso significa que o risco de inadimplência para os bancos é menor, o que torna essa linha de crédito mais acessível e com taxas de juros reduzidas. A contratação acontece de maneira digital e prática. Todo o processo pode ser realizado pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, onde o trabalhador pode simular valores e verificar quais instituições financeiras estão oferecendo o crédito. O funcionamento é o seguinte:

1. Acesso ao aplicativo – O trabalhador precisa baixar e acessar o aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, o qual é a plataforma oficial para solicitar o empréstimo consignado privado.

2. Simulação do empréstimo – No aplicativo, é possível inserir o valor desejado e verificar as condições oferecidas por diferentes bancos, incluindo taxas de juros e prazos de pagamento.

3. Envio de propostas – Após a simulação, os bancos têm um prazo de até 24 horas para enviar suas propostas. Durante esse período, o trabalhador deve aguardar para poder comparar as opções disponíveis e escolher a mais vantajosa.

4. Escolha da melhor oferta – Assim que as propostas forem recebidas, o trabalhador pode analisar as condições e selecionar a que melhor se encaixa no seu orçamento.

5. Aprovação e liberação do crédito – Após a escolha da proposta, o banco realiza a análise e, se aprovado, o valor do empréstimo é depositado diretamente na conta do trabalhador.

6. Desconto na folha de pagamento – As parcelas do empréstimo são descontadas automaticamente do salário do trabalhador, sem necessidade de pagar boletos ou fazer transferências.

Esse modelo de crédito tem como principal vantagem a previsibilidade, pois o trabalhador sabe exatamente quanto será descontado do seu salário todos os meses. Além disso, como os juros são geralmente mais baixos do que os de um empréstimo pessoal comum, pode ser uma alternativa financeiramente interessante para quem precisa de crédito.

No entanto, é essencial planejar bem antes de contratar um consignado privado. Como o valor das parcelas será automaticamente descontado, o trabalhador deve ter certeza de que conseguirá manter seu orçamento equilibrado, evitando problemas financeiros no futuro.

Limites e Taxas de Juros

Agora vem a pergunta que não quer calar: quanto posso pegar emprestado? O valor das parcelas não pode ultrapassar 35% do seu salário, e o prazo máximo para pagamento sugerido pelos bancos é de 48 meses (ou quatro anos). Diferente do consignado do INSS, essa nova modalidade não tem um teto fixo para os juros, mas a promessa é que as taxas fiquem abaixo de 3% ao mês, consideravelmente menores que outras formas de crédito pessoal.



Vantagens e Cuidados

Os pontos positivos desse modelo são claros e atraentes. Primeiramente, os juros são consideravelmente mais baixos do que em outras modalidades de crédito, já que o desconto direto na folha de pagamento reduz o risco de inadimplência para os bancos. Além disso, a previsibilidade das parcelas descontadas do salário ajuda na organização financeira do trabalhador, evitando surpresas desagradáveis com boletos esquecidos ou taxas de atraso.

Outro benefício importante é a praticidade na contratação. Com a digitalização do processo, todo o procedimento pode ser feito pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, sem necessidade de visitas a agências bancárias ou envio de documentos físicos. Isso agiliza a aprovação e a liberação do crédito, tornando o acesso ao dinheiro mais rápido e eficiente.

No entanto, mesmo com tantas vantagens, é fundamental ter cuidado ao contratar esse tipo de empréstimo. O fato de as parcelas serem descontadas diretamente do salário significa que o trabalhador deve calcular bem seu orçamento antes de assumir essa dívida. Um comprometimento excessivo pode impactar o valor líquido recebido no final do mês, reduzindo a capacidade de arcar com outras despesas essenciais.

Outro ponto de atenção é a comparação das propostas. O Ministério do Trabalho recomenda que o trabalhador espere o prazo de 24 horas para receber todas as ofertas dos bancos antes de tomar uma decisão. Nem sempre a primeira opção será a melhor, e uma análise criteriosa pode resultar numa economia significativa ao longo do contrato. Além disso, é importante saber que há um período de até sete dias para desistência, caso o trabalhador mude de ideia após a contratação. Esse direito de arrependimento permite que o valor seja devolvido integralmente, sem custos adicionais.

Por fim, vale lembrar que, apesar de ser uma opção mais acessível e com juros reduzidos, o crédito consignado privado ainda é uma dívida e deve ser encarado com responsabilidade. Ele pode ser uma excelente alternativa para quem precisa de dinheiro extra de forma planejada, mas não deve ser utilizado para cobrir gastos supérfluos ou sem um planejamento adequado.

Vale a Pena?

O crédito consignado privado pode ser uma excelente alternativa para quem busca um empréstimo com taxas mais acessíveis e condições de pagamento facilitadas. No entanto, sua real vantagem depende do perfil financeiro do trabalhador e do uso consciente desse recurso.

Se utilizado de forma estratégica, para quitar dívidas mais caras ou investir em algo que traga retorno financeiro, pode ser um aliado poderoso. No entanto, se for contratado sem planejamento, apenas para cobrir despesas do dia a dia, pode levar a um ciclo de endividamento preocupante.

Antes de contratar, analise sua situação financeira, compare as ofertas disponíveis e verifique se a parcela caberá no seu orçamento sem comprometer sua estabilidade. Lembre-se de que o crédito deve ser uma solução e não um problema adicional.

Com essa nova alternativa no mercado, os trabalhadores CLT ganham mais uma ferramenta para equilibrar as finanças sem cair em armadilhas do crédito caro. Agora que você já sabe como funciona, que tal avaliar se essa opção faz sentido para você? Mas lembre-se: paciência e planejamento são essenciais para evitar dores de cabeça no futuro.



Marcel Prado

Graduando em Processos Gerenciais pela UNOPAR ; Idealizador e coordenador do Programa de Treinamento “O Horsemanship Aplicado à Liderança Eficaz”, do projeto Oficina das Emoções e da Politiza Educacional, Consultor de Gestão Estratégico-Financeira para Psicólogos, escritor, comentarista de política, geopolítica e Economia, trader profissional.



A democracia do batom vermelho

Por Rosi Abrahão

Esta semana, o Brasil assistiu perplexo a mais um capítulo do que acontece nos bastidores do sistema judiciário. Dessa vez, a protagonista involuntária dessa história foi Débora Rodrigues, uma cabeleireira que, com um simples batom, se tornou o centro de um julgamento polêmico. Seu "crime"? Pixar a estátua "A Justiça", localizada em frente ao Supremo Tribunal Federal, com a frase "Perdeu, mané". O resultado? Uma condenação que deixou muitos incrédulos: 14 anos de prisão.

Se você ainda não estava por dentro desse caso, vale a pena entender a situação. Débora Rodrigues foi acusada de tentar abolir o Estado democrático de direito. Sim, você leu certo. Segundo a acusação, um simples batom teria sido utilizado como "arma inflamável e de destruição". O que deveria ser apenas mais um episódio de protesto foi transformado em um processo de proporções gigantescas. A pergunta que não quer calar: onde está o bom senso?

Débora é cabeleireira, uma profissional da beleza, alguém cujo instrumento de trabalho são escovas, tesouras e, claro, batons. O que deveria ser um símbolo de feminilidade e expressão pessoal foi, de repente, convertido em uma ameaça ao sistema democrático. Enquanto isso, criminosos de verdade – corruptos, traficantes, ladrões do dinheiro público – continuam circulando livremente, sem que a Justiça demonstre o mesmo ímpeto para condená-los com tamanha severidade. Parece que estamos diante de uma inversão de valores sem precedentes.

Curiosamente, essa não é a primeira vez que um batom se torna símbolo de um movimento de resistência no Brasil. Nos anos 1980, um grupo de mulheres revolucionárias usou esse pequeno objeto para lutar por direitos fundamentais. Esse movimento ficou conhecido como ****Lobby do Batom****.

Na época, o Brasil estava saindo da ditadura militar e entrando na fase de redemocratização. A Constituição de 1988 estava sendo escrita, e as mulheres perceberam que precisavam agir para garantir que seus direitos fossem incluídos na nova Carta Magna. No entanto, em um ambiente dominado por homens – apenas 5% dos constituintes eram mulheres –, suas demandas arriscavam ser ignoradas. Foi então que advogadas, jornalistas, médicas e professoras decidiram se organizar para pressionar os parlamentares. A estratégia? Unir forças e mostrar que a voz feminina também precisava ser ouvida.

Com o lema *****"Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher"*****, o grupo percorreu o país recolhendo assinaturas e propostas que foram entregues ao então presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães. O resultado desse esforço foi histórico: cerca de 80% das demandas foram atendidas, incluindo a igualdade de direitos entre homens e mulheres na Constituição Federal. Antes disso, a violência doméstica, por exemplo, era considerada um "problema privado" – graças ao Lobby do Batom, essa realidade começou a mudar.

O simbolismo do batom e a história do Lobby do Batom





O que mudou desde então?

Se olharmos para hoje, é evidente que ainda há muito a ser feito. No Congresso Nacional, a representatividade feminina continua sendo baixa, com apenas 15% das cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara dos Deputados e 14% no Senado. O machismo estrutural continua presente na sociedade, refletido, por exemplo, na disparidade salarial entre homens e mulheres. De acordo com dados do IBGE, em 2021, as mulheres ganhavam, em média, 20,5% a menos que os homens para realizar as mesmas funções.

Além disso, a violência contra a mulher segue alarmante. Durante a pandemia, aproximadamente 17 milhões de brasileiras sofreram algum tipo de agressão dentro de casa. A cultura do silenciamento, do medo e da impunidade ainda pesa sobre muitas vítimas.

E então, voltamos ao caso de Débora Rodrigues. Se um batom já foi usado para lutar pelos direitos femininos e conquistar avanços significativos, como podemos aceitar que agora ele seja tratado como um instrumento de crime? O que mudou? A resposta pode estar na forma como a Justiça brasileira tem lidado com os cidadãos. Em um país onde criminosos de colarinho branco frequentemente escapam impunes, uma mulher comum é tratada como uma ameaça ao Estado.

O que está em jogo

A condenação de Débora Rodrigues levanta questões que vão muito além do seu ato. O problema não é apenas a pena desproporcional que ela recebeu, mas o que isso representa. Estamos falando de um sistema judiciário que tem se mostrado seletivo em suas decisões. A ideia de que "a lei é para todos" parece cada vez mais distante da realidade.

Enquanto os verdadeiros criminosos encontram brechas e artimanhas para escapar da punição, uma cidadã comum enfrenta uma condenação que se equipara a penas aplicadas para crimes de homicídio. Isso não deveria assustar apenas os que se interessam por política, mas qualquer pessoa que preza pela justiça e pelo equilíbrio das instituições.

Se o objetivo é combater a impunidade, por que não direcionar essa rigidez para os corruptos que desviam bilhões dos cofres públicos? Para os estelionatários que roubam aposentadorias de idosos? Para os grandes traficantes que espalham violência e destruição pelas cidades? A seletividade das punições é o que mais causa indignação.

O futuro da Justiça brasileira

O caso de Débora Rodrigues continua em análise no STF, com um pedido de vista do ministro Luiz Fux. Existe a possibilidade de revisão da pena, mas isso não apaga a mensagem que já foi passada para a sociedade: a de que qualquer pessoa pode ser duramente punida, dependendo de quem está no poder e de quais interesses estão em jogo.

O Brasil já viveu tempos sombrios, nos quais a Justiça era usada como ferramenta para silenciar vozes. O Lobby do Batom mostrou que, quando a sociedade se une, mudanças acontecem. Mas, se não houver vigilância constante, retrocessos podem surgir a qualquer momento. Resta saber se aprenderemos com a história ou se repetiremos os erros do passado.

No final das contas, há uma única palavra que resume tudo o que está acontecendo, tanto no passado quanto no presente: ****justiça****. E a grande pergunta que fica é: ****qual justiça queremos para o futuro?***

A cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos deixou no dia 29 de março, a Penitenciária Feminina de Rio Claro, em São Paulo. Ela estava presa há dois anos, acusada de escrever a frase "perdeu, mané" com batom na estátua da Justiça em frente à sede do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília.

Na sexta-feira (28) o ministro Alexandre de Moraes autorizou a ida da cabeleireira para o regime domiciliar com o uso de tornozeleira eletrônica. Débora tem dois filhos, de 6 e 9 anos.

Gazeta do Povo



Rosimeire Rocha Abrahão
Odontóloga, Professora, Pós-Graduada e Gestão Pública,
CEO da Politiza Educacional.

O caso do batom!

O caso Débora Rodrigues dos Santos tomou contornos inimagináveis desde que o Presidente Bolsonaro usou o caso dela como um exemplo da ausência de isonomia no tratamento de acusados de crimes comuns e os acusados dos episódios de 08 de janeiro. O caso Débora, agora conhecido como o caso do batom “explosivo”, demonstra que a Constituição Federal perdeu a sua essência, pois está sendo interpretada como na República Democrática Alemã, ou como a Justiça de Polemarco.

Tanto em um caso como no outro, a métrica é que para os amigos a Lei e para os inimigos, muito além do rigor da lei, todo o mal que se puder causar para não retomarem suas ações, não ousem repetir suas opiniões.

Na RDA, o Volksgerichtshof funcionou como um tribunal para punir os inimigos políticos, ou seja, os que pensavam de maneira diferente do regime de governo instalado. Inclusive, no mesmo ano de sua instauração surgiu a “Lei contra Discursos Odiosos” que poderia ter sido proposta pelo governo brasileiro atual.

No caso de Polemarco, como se conhece a ideia de seu diálogo com Sócrates no Livro “A República”, de Platão, ele define o que acredita ser Justiça:

“A justiça consiste em amar e fazer bem aos amigos, e odiar e fazer mal aos inimigos”.

Por Claudio Caivano

Parece que no STF conhecem muito bem como tratar os inimigos, afinal de contas, o atual presidente do tribunal já declarou que se trata de um tribunal político. Não por acaso, não existem coincidências nesta vida, Débora usou a frase do Ministro Barroso e a escreveu na estátua com batom. “Perdeu Mané”.

Também não foi coincidência que durante o trâmite de uma PEC sobre o voto impresso, Barroso fosse ao plenário do Congresso para afirmar que as eleições no Brasil são totalmente seguras, mesmo quando é sabido que um hacker não só invadiu o site do TSE como passou seis meses tendo acesso com o uso de senha de servidores.

Há ainda uma terceira visão interessante, a de Trasímaco, também em diálogo filosófico com Sócrates, no mesmo livro “A República” de Platão, onde descreveu sua definição que também caberia como luva no caso do tratamento do STF aos casos do 08 de janeiro:

“A justiça não é outra coisa, e em toda a parte, senão a conveniência do mais forte. E como os governos têm o poder (sendo os mais fortes) seria justo para eles aquilo que lhes convém, castigando assim aqueles que seriam os injustos, os que violam as leis, os transgressores”.

A pergunta óbvia seria: qual a conveniência para o STF? Pensemos de maneira lógica para responder à pergunta. Uma lógica básica, quase rudimentar é muito mais que o necessário. O STF alude sua atuação à luta pela manutenção da democracia no Brasil, aludindo que o país teria enfrentado o risco de desaparecimento da democracia.

É preciso que relembremos que a democracia também foi a desculpa ideal para que Adolf Hitler implementasse seu regime na Alemanha. Para ser sincero, Stalin, Mao e Maduro também afirmaram fazer o que fizeram em nome da defesa da democracia.



Claudio Caivano
Advogado tributário
Ativista pela liberdade
Escritor e palestrante

A democracia, “poder do povo”, é utilizada como justificativa para atos totalmente antidemocráticos por quem não recebeu um mísero voto de quem deveria ter o poder constitucional.

A democracia que eles juram defender não é condizente com instauração de inquérito de ofício sem a participação do Ministério Público, o “Custos legis”, ou seja, aquele que tem a custódia da lei. Ao MP cabe investigar a conduta e oferecer a denúncia se entender que na comparação entre a conduta do indivíduo e a lei dá match, ou seja, se encontram, o que interpretasse como tipicidade.

A presença de um fato típico, jurídico, na conduta individual enseja o oferecimento da denúncia e a avaliação do juízo, dentro do devido processo legal para a garantia de todos os direitos individuais, fundamentais e constitucionais, quais sejam: devido processo legal, direito a um juiz natural, direito ao promotor natural, direito à ampla defesa e contraditório, direito à razoável duração do processo, direito ao duplo grau de jurisdição, isto só para citar alguns.

Outra pergunta nos surge e urge que seja respondida nesta lógica quase pueril que seguimos: Débora teve esses direitos preservados?

Resposta imediata, simples, sucinta e direta: nem ela, nem os mais de 500 julgados até o momento. Nenhum deles deveria estar sendo julgado pelo STF. Inclusive já foi dito por Marco Aurélio Mello em entrevista de 24/03/2025, ex-Ministro do STF. Como não há coincidências, o mesmo Ministro que disse que Alexandre de Moraes se portava como xerife e o que ele denominou “Inquérito do fim do mundo”, era o inquérito instaurado de ofício, supramencionado, também conhecido como inquérito das fake news, inquérito 4871 instaurado em 14/03/2019.

Tudo o que vemos hoje e que aparenta o absurdo, não começou agora, só escalonou mais depois de 08 de janeiro de 2023. O pudor da opinião pública foi perdido em virtude da crença desses “sem voto” de que a opinião pública estava convencida de que a democracia correu risco.

O que os “sem voto” não sabem, ou fingem não saber é que a opinião pública no Brasil atual tem uma divisão equivalente ao apoio que tem o atual governo, o atual regime.

Ainda é preciso, dentro da mesma lógica básica utilizada até o momento, nada rebuscada, intelectual ou elitista, muito menos jurídica, que comparemos os eventos com a definição constitucional.

Particularmente, sigo a métrica de Frederick Von Hayek, a Justiça é o resultado da comparação da conduta individual com a Lei. Isto deve ter ficado claro, pois anteriormente mencionei a atribuição do MP.

Neste sentido, como balizador dos direitos e garantias individuais constitucionais também mencionados, por dever de ofício devo mencionar o caput do artigo 5º do texto da Carta Magna:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”

Reitero a pergunta sob risco dela se tornar retórica: esse princípio foi garantido a Débora?

Não, definitivamente não! Caso tivesse sido, ela teria recebido o mesmo tratamento que o jovem esquerdista que pôs fogo na estátua de Borba Gato em São Paulo. Talvez, tivesse recebido o mesmo tratamento de esquerdista pró assassinato de bebês por meio do interrompimento do parto que em 2016 jogaram sangue na estátua. No caso de São Paulo, o jovem foi condenado e teve a prisão comutada por prestação de serviços e no caso dos pró morte de nascituros, ninguém foi sequer investigado, afinal foi manifestação, a estátua foi lavada e não sofreu nenhum dano.

Por falar em dano, por falar em comparação da conduta com a Lei para estabelecer o match, ou seja, a conduta típica, lembremos o caput do artigo 62 da Lei 9605/1998:

“Destruir, inutilizar ou deteriorar”



Débora Rodrigues dos Santos, presa há dois anos e condenada há 14 por escrever, com batom, a frase “Perdeu, mané” na Estátua do STF durante os atos de 8 de janeiro de 2023, o ministro Alexandre de Moraes retirou o sigilo do caso..

Uma pergunta mais se faz necessária: Débora teria sua conduta equiparada a qualquer desses verbos? Depende, como responderia um operador do direito, mesmo um estudante. Depende de qual a ideologia política.

Note que a lógica básica que nos utilizamos desde o princípio é mais que o necessário para entender que Débora não cometeu crime algum, pois os demais crimes a ela imputados dependem de uma conduta ameaçadora e violenta, mas ela usou um batom? Esse batom era explosivo? Pergunta retórica, não merece ou carece de resposta.

Há uma questão final, nesse enredo macabro roteirizado por figuras sinistras de capa preta, figuras lúgubres e funestas, diabólicas, perpetrando o mal contra aqueles que pensam diferente deles, principalmente porque precisam manter a narrativa e convencer a opinião pública desatenta e alienada que a democracia correu risco.

Uma observação é imperiosa. O mal só se perpetra pela ação de um pequeno grupo quando a massa que compõe a sociedade é composta de idiotas. A alienação, o comportamento apolítico, o comportamento desprezado, descompromissado pode ser interpretado como um comportamento de um idiota.

A análise faltante é a prova de que nenhuma das pessoas deveriam ter sido ou estar sendo julgadas no STF. Mantenhamos a lógica básica para finalizar.

“Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.”

A última pergunta deve ser: há algum denunciado no caso do 08 de janeiro, em qualquer dos inquéritos, com foro por prerrogativa de função? Não! Não há nenhum deputado estadual, distrital, federal, senador ou membro das administrações de governo que façam parte do rol dos denunciados.

O leitor pode, a partir de agora, se fazer a pergunta derradeira: Por que o STF puxou para o tribunal a competência de julgar os manifestantes do 08 de janeiro? Porque sim! Porque o xerife quis...



O ANTISSEMITISMO E SUAS IMPLICAÇÕES GLOBAIS

Por Jayme Nigri

O antissemitismo representa uma das formas mais persistentes e perniciosas de ódio na história, transcendendo fronteiras geográficas, culturais e temporais. Este fenômeno não apenas ameaça a existência e a dignidade do povo judeu e do Estado de Israel, mas também corrompe os fundamentos morais e intelectuais das sociedades que o abrigam. Ao longo dos séculos, a contribuição judaica para o avanço da humanidade tem sido inestimável — das ciências à medicina, das artes à filosofia, da tecnologia ao pensamento humanístico — tornando o combate ao antissemitismo não apenas uma questão de justiça para os judeus, mas uma necessidade para o progresso global.



Manifestação contra o antissemitismo. Manchester, Grã-Bretanha, janeiro de 2024. Wikimedia Commons..

"O antissemitismo moderno muitas vezes se disfarça de antissionismo, utilizando o discurso dos direitos humanos como um veículo para disseminar a rejeição a Israel. Essa estratégia tem sido amplamente aceita nos círculos progressistas, onde se ignora a realidade do Oriente Médio em favor de uma narrativa simplista e distorcida," observa Francisco Gil-White, historiador e cientista político mexicano de origem americana. Paralelamente, como reconhece Bassam Tibi, professor e especialista em política islâmica, de origem alemã nascido na Síria: "O antissemitismo no mundo árabe moderno é, na maioria, um fenômeno importado do Ocidente, reforçado pelo discurso islamista. A ideia de que os judeus são inimigos históricos do Islã não é um elemento central do Alcorão, mas tornou-se um pilar das ideologias políticas contemporâneas."

O antissemitismo se manifesta e se perpetua tanto no mundo árabe quanto no Ocidente, revelando diferentes facetas e apresentando formas distintas para seu efetivo combate.

Raízes do Ódio: O Antissemitismo no Mundo Árabe

No contexto do Oriente Médio, o antissemitismo transcende o simples preconceito social para se estabelecer como um sistema institucionalizado que permeia a educação, a religião e a cultura política. Esta estruturação sistemática do ódio começa nas primeiras fases de socialização e se perpetua por meio de gerações, criando um ciclo de hostilidade difícil de romper.

Os sistemas educacionais de numerosos países da região incorporam materiais didáticos que apresentam os judeus como inimigos inerentes ao Islã e Israel como uma entidade ilegítima destinada à destruição. Como relata Mosab Hassan Yousef, palestino, ex-membro do Hamas e filho de um dos fundadores do grupo terrorista: "Fui ensinado que devo odiar os judeus, que devo matá-los e que se um judeu fosse morto, era algo bom. O ódio já vem no leite da mãe Palestina."

Este fenômeno é corroborado pelo major Rafael Rozenszajn, porta-voz das Forças de Defesa de Israel (IDF), que explica: "O Hamas e outros grupos extremistas não apenas promovem a violência física, mas também a violência ideológica. As crianças de Gaza, como, por exemplo, são ensinadas a odiar os judeus desde cedo, com materiais escolares que glorificam terroristas como heróis nacionais. Esse tipo de educação perpétua o ódio de geração em geração." Uma questão central emerge neste contexto: seria a religiosidade que sustenta as políticas antissemitas ou é o poder político que instrumentaliza a religião para manter controle social? No mundo islâmico, onde a Sharia, os princípios morais religiosos e as tradições culturais frequentemente se sobrepõem às instituições seculares, qualquer solução efetiva para o antissemitismo necessariamente demanda reformas institucionais de cima para baixo.

A possibilidade de mudança, embora desafiadora, não é inexistente. Casos recentes como os do Azerbaijão e da Arábia Saudita, que começaram a incluir Israel em seus mapas escolares, sugerem uma abertura potencial para revisões mais substantivas nas abordagens educacionais e políticas.

Contudo, regimes autoritários e organizações radicais continuam a instrumentalizar o antissemitismo como mecanismo de controle sociopolítico. Conforme destaca Alan Dershowitz, jurista americano e professor de Harvard: "Não se pode subestimar o poder da desinformação institucionalizada. O antissemitismo, quando promovido por governos e doutrinas religiosas, se torna uma verdade absoluta para aqueles que crescem sob esse sistema. Combater isso requer não apenas educação, mas a exposição contínua da verdade."

Assim, no contexto do mundo islâmico, as soluções necessárias são inseparavelmente políticas e religiosas, dependendo primordialmente da sensibilização e do compromisso das elites governantes e religiosas com reformas substanciais.

Máscaras da Intolerância: O Antissemitismo no Ocidente

No Ocidente, o antissemitismo se manifesta de formas mais sutis e sofisticadas, frequentemente disfarçado como discurso político progressista ou crítica legítima a políticas israelenses. Movimentos de esquerda e correntes identificadas com a cultura "woke" frequentemente adotam uma visão reducionista do complexo conflito no Oriente Médio, retratando os palestinos como vítimas absolutas e Israel como uma potência exclusivamente opressora e colonialista.

O professor Samuel Feldberg, brasileiro, especialista em Relações Internacionais e Estudos Judaicos, identifica precisamente este problema: "A esquerda, ao apoiar de maneira cega os palestinos, acaba por adotar um discurso que demoniza Israel e ignora a realidade de segurança que o país enfrenta. Esse apoio, muitas vezes, é alimentado por desinformação e uma visão reducionista do conflito."

Esta tendência tem ganhado força em ambientes acadêmicos ocidentais que, paradoxalmente, proclamam compromisso com valores de pluralismo e objetividade enquanto toleram — e por vezes incentivam — hostilidades contra judeus e israelenses. Movimentos como o BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções), que buscam isolar Israel da comunidade internacional, encontram terreno fértil justamente nessas instituições. Francisco Gil-White enfatiza: "A verdade é a melhor ferramenta contra o antissemitismo. Quando as pessoas têm acesso a fatos e não a versões manipuladas da história, a narrativa antissemita perde sua força." Por isso, torna-se essencial reforçar o pensamento crítico e promover intercâmbios acadêmicos com Israel, debates abertos e currículos que ressaltem as contribuições inestimáveis do povo judeu para a civilização global.

Ao contrário do mundo islâmico, no Ocidente o fenômeno é primariamente cultural, emergindo das bases sociais — escolas, universidades, meios de comunicação e círculos familiares. Neste contexto, a transformação das mentalidades depende menos de decretos governamentais e mais de uma mudança cultural profunda, embora a liderança política possa e deva desempenhar papel importante no estabelecimento de parâmetros para o debate público.

Caminhos para o futuro: enfrentando o antissemitismo em diferentes realidades

O antissemitismo persiste como um desafio global que exige abordagens diferenciadas conforme o contexto. No mundo islâmico, a transformação depende crucialmente de reformas educacionais que só serão viáveis mediante o compromisso das lideranças políticas e religiosas. No Ocidente, o combate à desinformação e a promoção da verdade histórica constituem pilares essenciais de qualquer estratégia eficaz.

Mohamed Dajani Daoudi, ex-professor palestino da Universidade Al-Quds e fundador do movimento Wasatia, observa com perspicácia: "A negação do antissemitismo dentro da cultura árabe é uma das principais barreiras para a paz. A educação baseada no ódio impede qualquer tentativa real de coexistência."

A tecnologia emerge como um poderoso catalisador para a aproximação entre Israel e o mundo. O reconhecido avanço tecnológico israelense representa uma linguagem universal que transcende barreiras ideológicas. Os Acordos de Abraão demonstraram como interesses comerciais e tecnológicos podem sobrepujar antigos preconceitos, abrindo canais de comunicação entre Israel e nações que historicamente mantiveram posições hostis. Esse "soft power" tecnológico israelense tem potencial para criar pontes de entendimento mesmo em regiões onde narrativas antissemitas estão profundamente enraizadas, estabelecendo relações pragmáticas baseadas em benefícios mútuos que, gradualmente, podem transformar percepções culturais enraizadas.

Em ambos os contextos, a educação representa uma ferramenta de potencial transformador, mas sua eficácia dependerá da coragem, da honestidade intelectual e do compromisso inabalável com a verdade por parte de todos os atores envolvidos — líderes políticos, educadores, formadores de opinião e cidadãos comuns.

Somente mediante um compromisso genuíno com a verdade histórica e com a desconstrução de narrativas que alimentam o ódio será possível construir sociedades mais justas, onde o respeito à história, à identidade e às contribuições do povo judeu seja plenamente reconhecido e valorizado.

- Referências

1. Gil-White, Francisco. Antisemitism and the Manipulation of History.
2. Tibi, Bassam. Islamism and Islam.
3. Yousef, Mosab Hassan. Filho do Hamas.
4. Rozenszajn, Rafael. Entrevista concedida à imprensa das IDF.
5. Dershowitz, Alan. The Case for Israel.
6. Feldberg, Samuel. Israel e o Mundo Contemporâneo.
7. Daoudi, Mohamed Dajani. Entrevistas e publicações sobre o movimento Wasatia.



Jayme Nigri

Publicitário, analista geopolítico sobre Israel, país onde vive desde 2021, e difusor do ensino de tecnologia de Israel para o mundo.
De Netanya -Israel



www.likudbrasil.org

Likud Brasil - World Likud



Conheça o Likud Brasil, organização ligada ao Likud Mundial.

Descubra os valores e princípios do Likud Brasil: apoio à aliah, defesa de Jerusalém como capital indivisível de Israel, proteção aos direitos dos judeus e compromisso com a soberania e segurança do Estado de Israel.



Nos Conflitos da Alma: A História da Guerra

Por Rodrigo Schirmer

Era uma vez, no profundo e insondável abismo da alma humana, um conflito que jamais cessava. Antes mesmo que as espadas fossem forjadas e os arcos tensionados, a guerra já habitava as mentes e os corações, como um espectro que sussurrava desejos de poder, medo e sobrevivência. E assim, da pulsão primitiva às narrativas que atravessaram os séculos, a história da guerra é também a história da humanidade.

Homero, o primeiro dos bardos a registrar os horrores e a glória dos conflitos, leva-nos às muralhas de Troia. Em *A Ilíada*, os deuses jogam com os destinos dos mortais, enquanto homens como Aquiles e Heitor travam batalhas não apenas contra inimigos, mas contra si. Ali, entre o clangor das armas, descortina-se a essência da guerra: não uma mera disputa por Helena ou territórios, mas um espelho das paixões humanas — orgulho, amor, raiva e honra.



“A guerra é o pai de todas as coisas”

,afirmava Heráclito, e Heródoto, o primeiro historiador, parece dar-lhe razão em Histórias. Ele narra as guerras como o choque inevitável entre culturas: a Pérsia e a Grécia, o Oriente e o Ocidente. Não há apenas armas e exércitos, mas um conflito de valores, crenças e formas de ver o mundo.

Mais tarde, o filósofo Sun Tzu, em sua obra imortal A Arte da Guerra, declararia que a guerra é antes de tudo um exercício de estratégia. “Toda guerra é baseada no engano”, escreveu ele, enfatizando que o triunfo não está no campo de batalha, mas na mente do adversário. A guerra torna-se um jogo de xadrez, e a natureza humana, com suas fraquezas e ambições, é o tabuleiro onde se movem as peças.

Thomas Hobbes, contemplando o caos do mundo moderno, descreveu a condição humana em Leviatã: “a vida é solitária, pobre, desagradável, brutal e curta”. Para ele, a guerra é o estado natural dos homens — um conflito perpétuo que apenas o poder do Estado pode conter. Mas Jean-Jacques Rousseau contestaria: “não é na natureza que reside o conflito, mas na sociedade que o corrompe”.

E assim, a guerra tornou-se cultura, rito, instituição. Carl von Clausewitz, em Da Guerra, definiu-a como “a continuação da política por outros meios”. Sob sua lente, as batalhas não são caos, mas atos deliberados de poder. E na modernidade, surge um novo ator: a ideologia. Carl Schmitt, em O Conceito de Político, nos alerta que o inimigo não é apenas o outro, mas aquele que encarna a negação de tudo o que somos.

Shakespeare, em suas peças, não poupou a guerra de sua pena poética e trágica. Em Henrique V, ele canta as glórias da batalha, mas também mostra o custo humano: “Qualquer que seja o pecado da guerra, ele recai sobre os reis”. A guerra é sempre uma tragédia coletiva, uma cena onde o heroísmo e a desumanização coexistem.

GEOPOLÍTICA

Com Tolstói, em *Guerra e Paz*, a guerra torna-se um vasto teatro onde a história, o destino e as emoções humanas se entrelaçam. Ele não se contenta em descrever as batalhas; mergulha nos pensamentos dos soldados e camponeses, revelando que a guerra é também uma luta interna — a batalha do homem contra seu próprio medo e desespero.

O século XX trouxe os horrores das guerras mundiais, onde a destruição alcançou uma escala inimaginável. Nos campos enlameados de Verdun e nas trincheiras da Primeira Guerra, vidas foram ceifadas sem nome, sem rosto, apenas números em uma estatística cruel. A Segunda Guerra Mundial, com seus campos de concentração e o terror da bomba atômica, mostrou o ápice da capacidade humana de infligir sofrimento. Hannah Arendt, em *Eichmann em Jerusalém*, chamou isso de “a banalidade do mal” — um mal que não é monstruoso, mas burocrático, sistemático, insidioso. Mesmo assim, Arendt também nos lembrou que a violência é um fracasso da condição humana — uma ruptura do diálogo.

No pós-guerra, a reflexão não trouxe paz duradoura. Conflitos continuaram a se multiplicar, e o mundo assistiu ao nascimento de guerras que não eram apenas territoriais, mas também econômicas, culturais e ideológicas. Erich Fromm, em *Anatomia da Destrutividade Humana*, buscou compreender as raízes dessa agressão incessante. Para ele, a guerra é fabricada por aqueles que lucram com ela — os interesses de Estado, as corporações, as elites que manipulam o medo e a ambição humanas para perpetuar o conflito.





Hoje, o eco das armas ressoa na guerra entre Rússia e Ucrânia. Mais do que um confronto local, esse conflito representa uma reorganização global dos grupos de poder. É uma guerra por hegemonia, por economia, por narrativa. É também a exploração das fragilidades humanas, das divisões culturais e históricas, transformadas em armas por aqueles que fabricam a guerra. Edward Wilson, em *Sobre a Natureza Humana*, talvez diria que nosso instinto de sobrevivência é manipulado para servir a propósitos alheios.

E assim, chegamos ao presente. A guerra ainda ecoa nas palavras dos poetas, nos tratados dos estrategistas e nos pesadelos dos sobreviventes. Mas, como em todo drama humano, existe a possibilidade de redenção. A guerra não é apenas uma condenação, mas um desafio — a prova de que, apesar de nossas falhas, somos capazes de criar, aprender e mudar. Que aprendamos com Homero, Heródoto, Sun Tzu e Arendt; que enfrentemos nossos demônios internos como Aquiles diante de Heitor; que aceitemos, como Tolstói, que a paz é mais complexa do que a guerra, mas infinitamente mais bela. Porque, no fim, é da luta pela paz que se constrói a verdadeira história humana.




Rodrigo Schirmer Magalhães
*Cientista político e analista geopolítico,
pesquisador, escritor, estrategista de
campanhas eleitorais. Cofundador do canal
Guerra da Informação no YouTube.*



(Figura 1)

<https://www.theauschwitztours.com/pt/auschwitz-birkenau-memorial-and-museum/>



As Ferrovias na Guerra

Você, caro leitor, já parou para pensar como os exércitos se moviam durante as Guerras Mundiais? Enquanto tanques e aviões dominam nossa imaginação sobre o conflito, foram as ferrovias que realmente mantiveram guerras em movimento dando apoio logístico e movimentando tropas.

Quando pensamos, por exemplo, na Segunda Guerra Mundial, geralmente imaginamos os tanques avançando pela Europa ou esquadrilhas de bombardeiros cruzando o céu. Raramente pensamos nos trilhos que transportavam milhões de soldados, toneladas de suprimentos e, infelizmente, também as vítimas do Holocausto.

As ferrovias, na prática, funcionavam como as artérias que mantinham os esforços de guerra de todas as potências. Sem elas, nem os Aliados, nem o Eixo teriam conseguido manter suas operações militares em grande escala.

POR LUCAS EVARISTO



Memorial na estaco ferroviária de Dublin (Irlanda) aos "ferroviários que morreram e foram assassinados durante a guerra e a ocupao nazista de 1939-1945"

As Lioes da Primeira Guerra

A importância estratégica das ferrovias não foi descoberta na Segunda Guerra. Desde meados do século XIX, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial, os militares e governantes já sabiam do valor desse sistema de transporte.

Já prevendo um novo conflito, no período entre guerras, a maioria das potências investiu pesadamente em suas infraestruturas ferroviárias:

- A Alemanha nazista, mesmo limitada pelo Tratado de Versalhes, expandiu e modernizou sua Reichsbahn como parte da remilitarizao.
- Na União Soviética, os Planos Quinquenais de Stalin destinaram enormes recursos  expanso da malha ferroviária.
- França e Grã-Bretanha mantiveram suas extensas redes, embora com menor foco militar.

Essas infraestruturas ferroviárias que citei revelaram-se cruciais durante a Segunda Guerra Mundial, permitindo movimentações rápidas de tropas, munioes e suprimentos. Na Alemanha, a rede ferroviária foi fundamental para a estratégia de guerra relâmpago (Blitzkrieg), possibilitando deslocamentos velozes de divisoes blindadas e infantaria através da Europa. No front oriental, as ferrovias foram literalmente campos de batalha, com ambos os lados sabotando linhas, destruindo trilhos e usando trens blindados como instrumentos estratégicos de combate.

A guerra demonstrou definitivamente que o domínio ferroviário estava diretamente conectado ao potencial militar de uma nao. As potências que conseguiram manter e proteger suas redes ferroviárias obtiveram vantagens significativas, enquanto aquelas que sofreram bombardeios sistemáticos em suas infraestruturas de transporte enfrentaram sérias limitaoes logísticas. O conflito comprovou que a ferrovia não era apenas um meio de transporte, mas um elemento central no planejamento estratégico militar, capaz de definir o curso de campanhas inteiras.



Construção da ferrovia da morte na tailândia e birmânia durante a segunda guerra mundial para fins de transporte militar

Alvos Estratégicos Prioritários

Justamente por sua importância crítica, as ferrovias tornaram-se alvos prioritários para operações militares. Os bombardeios aliados contra a Alemanha frequentemente priorizavam pátios ferroviários, estações e importantes entroncamentos. Isso, justamente pela previsibilidade e pouca flexibilidade que as ferrovias oferecem.

A "Transportation Plan", implementada antes do Dia D em 1944, concentrou esforços específicos na destruição da rede ferroviária francesa e belga para impedir o rápido deslocamento de reforços alemães para a Normandia. Essa estratégia provou-se eficaz, retardando significativamente a resposta alemã à invasão aliada.

Os veículos de guerra sobre trilhos, como trens blindados e plataformas de lançamento de mísseis ferroviários, representam uma tecnologia militar antiga e ultrapassada, no passado, foi especialmente utilizado na Rússia. Historicamente utilizados desde a Guerra Civil Russa e com amplo uso na Segunda Guerra Mundial, esses veículos oferecem pouca mobilidade estratégica, relativa proteção blindada e boa capacidade de transporte de armamentos pesados.

Ferrovias e o Holocausto

As ferrovias são meios de transporte utilizada em locais com alta densidade demográfica, graças ao seu grande poder de transporte de seres humanos, devido a isso, nesse capítulo falaremos dessa capacidade sendo utilizada pelo mal.

Infelizmente, as ferrovias também desempenharam um papel trágico no Holocausto. A Deutsche Reichsbahn foi instrumentalizada pelo regime nazista como componente essencial da "Solução Final". A partir de 1941, foram organizados trens especiais - os infames "Sonderzüge" - para transportar judeus e outros prisioneiros de toda a Europa ocupada para os campos de concentração e extermínio. Estima-se que mais de 3 milhões de pessoas foram transportadas para sua morte através deste sistema. É chocante perceber que, mesmo quando os alemães enfrentavam escassez de transporte nas frentes de batalha, os "trens da morte" continuavam a operar com prioridade.

Lembro que esse fato deve ser lembrado para nunca ser repetido. (Figura 1)



Lucas Evaristo

Formado em Logística, Ciência de Dados e Gestão de Segurança Pública e Privada, bem como especialista em Operação Ferroviária, Mobilidade Urbana, Gestão de Projetos e Gestão Metroviário.



Trem com tropas e veículos militares da Rússia fizeram chega para exercícios em BelarusImagem: Ministério da Defesa de Belarus/AFP

A Ferrovia e as Guerras Modernas

A invasão russa da Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022 revelou a importância estratégica das ferrovias como elemento crucial para as operações militares. As ferrovias russas desempenharam um papel fundamental na logística e movimentação de tropas, permitindo o transporte rápido e eficiente de soldados, equipamentos e suprimentos para as regiões próximas à fronteira ucraniana.

No início da invasão, a extensa rede ferroviária russa facilitou a concentração de tropas em pontos estratégicos, possibilitando a mobilização de grandes contingentes militares. Os trens transportaram não apenas soldados, mas também uma quantidade significativa de equipamentos pesados, como tanques, veículos blindados e artilharia, garantindo uma capacidade de deslocamento e implantação rápida das forças russas.

A logística de suprimentos também dependeu fortemente das ferrovias. Munição, alimentos, combustível e peças de reposição para veículos foram transportados em abundância por meio de trens, mantendo as tropas russas abastecidas durante as operações militares. Essa capacidade de sustentação logística foi essencial para a continuidade das operações.

Simultaneamente, as ferrovias ucranianas foram utilizadas para evacuação de civis das zonas de conflito, transportando milhões de pessoas para regiões mais seguras do país e para países vizinhos. Essa função humanitária das ferrovias foi crucial nos primeiros meses da guerra, salvando inúmeras vidas.

Torne-se um Assinante Clube Politiza News e Transforme sua Informa

Descubra por que nosso clube é a escolha
para quem valoriza conteúdo de qualid

- ✓ ARTIGOS EXCLUSIVOS
- ✓ E-BOOKS GRÁTIS
- ✓ PAPO COM ESPECIALISTAS
- ✓ ATUALIZAÇÕES CONSTANTES
- ✓ CONTEÚDO LIVRE
- ✓ COMUNIDADE ENGAJADA

www.politizamt.com/clube

do
e
ção!

certa
ade:



Apenas
R\$ 9,90
/mês

e



POR RODRIGGO MORAIS

Preliminares de um Manifesto Saquarema

"Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal,
ainda vai tornar-se um imenso Portugal."

Fado Tropical, de Chico Buarque e Ruy Guerra

Uma nação é, antes de tudo, um ideário unificador. Ou seja, um conjunto de ideias, valores e aspirações compartilhadas capazes de unir o povo em torno de um propósito comum e promover o senso de pertencimento e identidade nacional, em torno de elementos como história, cultura, língua e tradições. Este ideário opera como um farol que orienta as decisões e comportamentos, dando o senso de propósito, é direção e inspirando os cidadãos a buscarem objetivos comuns. É, portanto, a força de coesão social que mantém a unidade diante da diversidade cultural e fomenta a superação das divisões numa sociedade multifacetada.

Com o tempo este ideário, enquanto força de unificação nacional, se deteriora, e a nação precisa se valer de novos formuladores. No Brasil, este ciclo de formulação, disseminação, hegemonia e deterioração de um ideário parece possuir um intervalo de cem anos. A cada centenário o país se ressignifica. Em 1822, por exemplo, a nação rompeu seus laços com o Reino Unido de Portugal para se tornar o Império do Brasil, e foi a partir do pensamento do mais importante filósofo português daquele período, Silvestre Pinheiro Ferreira, que este conjunto de ideias foram formuladas ou suscitadas. Digo suscitadas porque, como aponta Antônio Paim, foi ele quem instou a nossa elite a buscar para o Brasil um novo sistema que "tivesse a grandiosidade da Escolástica, mas que fosse moderno, valorizasse a experiência e sobretudo facultasse a incorporação do liberalismo político"(1).

Para encontrar o seu destino, a nascente nação brasileira, tão diversa, exótica e paradoxal, não poderia “copiar servilmente nenhum modelo europeu de organização social” (2), e este grande filósofo português, que viveu conosco durante todo o reinado local de Dom João VI, tendo aqui escrito a sua magnum opus, *Preleções Filosóficas*, dispôs então o esboço de uma doutrina política coerentemente elaborada, que criou o ponto de referência e forneceu o elemento norteador do subsequente debate nacional que resultou no “consenso acerca da aceção de ideia liberal à luz da qual seriam concebidas as instituições que deram ao País, com o Segundo Reinado, o período de estabilidade política mais longo de nossa história” (Paim). Pinheiro formula, por exemplo, os princípios da monarquia constitucional, consagrada na Constituição de 1824 (primícia da monarquia constitucional no mundo) e amadurecida por Bonifácio, Uruguai e Cairu, orientados a proteger os interesses perenes da nação, ao mesmo tempo, em que permitiam que as aspirações de transformação da sociedade pudessem se manifestar. O trato congressual com esta dicotomia tradição x progresso formou no país a divisão partidária entre saquaremas e luzias.

As decorrências da Escola Ecletista de Pinheiro Ferreira consubstanciaram as principais ideias filosóficas, sociais e políticas do Brasil, mas a partir da revolução republicana este ideário se degenera, até que, em 1922, um novo ideário nasce para substituir o anterior, cujo marco foi a Semana da Arte Moderna. Se insurgindo contra a estética tradicionalista do centenário anterior, este movimento marca o início do Modernismo brasileiro.

Influenciada pelas vanguardas europeias, a Semana defendia o experimentalismo e a liberdade criativa, e estes artistas e intelectuais se uniram em busca por uma nova expressão cultural, com foco na busca por uma identidade brasileira autêntica, impulsionados como estavam pelo centenário da Independência. Na literatura, por exemplo, os modernistas romperam com as formas clássicas e a gramática tradicional, valorizando a linguagem falada, principalmente a das classes populares. Os novos ventos trouxeram também um novo paradigma político, que ressignificou o debate público com uma nova divisão, agora chamada de direita e esquerda (não por acaso, o Partido Comunista Brasileiro foi criado no mesmo ano).

A força deste ideário conduziu os brasileiros aos famosos Anos Dourados (década de 1950 e início de 1960), produzindo uma convergência entre os setores da sociedade, políticos e elite econômica e cultural, que buscaram assim articular “modernismo, modernização e modernidade”, simbólica e institucionalmente, a fim de reorientar um reposicionamento da cultura brasileira perante si mesma e perante o mundo. Ali, por exemplo, o Brasil conheceu a era JK do desenvolvimentismo de “cinquenta anos em cinco”, com a expansão da malha rodoviária, a construção de hidrelétricas e a implantação da indústria automobilística e naval no país, além da construção de Brasília, que naquele momento condensava estas esperanças de um país mais rico e justo.

O aparelho de televisão, produzido nacionalmente, entrou na casa das classes mais populares, popularizando as novelas e as chanchadas, e apresentando ao país - e ao mundo - temas como o teatro de revista, a *Tropicália*, o Cinema Novo, Éder Jofre, Wlamir e Amaury, Garrincha e Pelé. E principalmente a nossa maior força de influência global, quando “o Brasil ofereceu ao mundo uma imagem que não era apenas sedutora pelo exotismo, mas relevante pelo projeto modernizador que propunha” (L. Mammi), a Bossa Nova, formada pelo modelo harmônico de Tom Jobim, o violão sincopado de João Gilberto e a poesia lírica de Vinícius de Moraes.

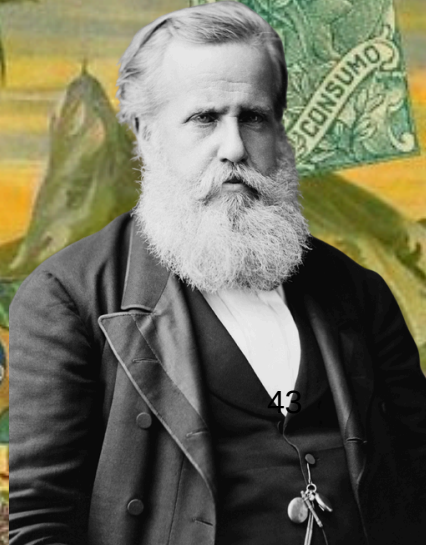
É verdade que nenhum ideário dura para sempre, mas o ocaso das esperanças brasileiras de uma nação próspera e desenvolvida não foi resultado de um desgaste natural. O acordo de Yalta havia dividido o mundo entre Estados Unidos, Europa e URSS, sendo que a América Latina passou a ser considerada território de influência americana. É neste contexto e sob a promessa de Henry Kissinger de que “não permitiremos um novo Japão ao sul do Equador” que a sanha imperialista americana desceu sobre o Brasil. Quando nos aprofundamos no estudo das ações de destruição da nação brasileira pelas agências americanas, em todos os níveis, causa espanto o fato de o país, mesmo trôpego, ainda estar de pé. A liberalização forçada da economia, a transferência das áreas estratégicas ao “mercado” e a desestabilização e substituição de governos não foram as piores agressões que sofremos. Para se destruir um país desta grandeza, é preciso primeiro domesticar o seu povo. Em 1966, os EUA, por meio da agência americana USAID, impuseram uma profunda reforma na educação brasileira, retirando principalmente o seu caráter humanístico (herdeiro da educação clássica grega e da escolástica portuguesa) e nacionalista, para ser substituída por uma “educação” para o mercado de trabalho (3). Começa ali o emburrecimento deliberado do país.

Hoje, enquanto todo aquele conjunto de ideias e valores formados a partir do Modernismo perderam o sentido, o país padece pela incapacidade de produzir formuladores que produzam ressonância de um novo ideário unificador nacional. Se o nosso Bicentenário em 2022 não gerou um movimento similar a Semana de Arte Moderna, não foi apenas porque Bolsonaro transformou a comemoração em um comício com ameaça de golpe. Este foi um mero sintoma gerado por aquilo que apontamos em outro artigo como o sequestro da pauta política pela cismogênese (4), ou seja, a imposição externa de uma divisão artificial entre esquerda identitária e direita neotradicionalista que gera uma guerra civil de natureza híbrida e obstrui a presença de qualquer outra pauta no país.

Desta vez, as agências do deep state americano, como braços operacionais do globalismo ocidental, impõem seu projeto hegemônico sobre o Brasil de uma maneira mais sofisticada, baseada na nova doutrina militar da guerra híbrida e guerra irrestrita. Como aponta Bernard Stiegler, o domínio da guerra não é mais territorial, mas os corações e as mentes, e a artilharia agora são bombas cognitivas informacionais. E é neste condão que usam o conceito de guerra neocortical, no qual o invasor controla ou molda as ideias e comportamentos do inimigo sem destruí-lo.



BRASIL



MACUMBA 1,9 KM
SAQUAREMA 154 KM
PRATINHA 2 KM

Enquanto a USAID e as fundações como Ford e Rockefeller impõem o identitarismo na esquerda, na academia e na imprensa brasileiras (5), a OTAN impõe, via doutrina militar e ação de vasos comunicantes do exército brasileiro, a reação neotradicionalista na forma de guerra cultural neomacarthista (6).

É neste condão que, antes de iniciar uma reflexão sobre o ideário nacional, é importante reconhecer a atual posição neocolonial do Brasil na conjuntura geopolítica global. Já mostramos em artigo prévio que os EUA são mero arremedo de império global, sendo, na verdade, uma extensão de sobrevivência do império britânico, cooptado e operado como proxy dos verdadeiros donos do mundo, os grandes bancos metacapitalistas. Como mostra Olav Schrader, não é possível falar sobre os anglo-saxões sem lembrar da sua origem corsária.

Com o fim do feudalismo, Portugal e Espanha se tornaram os impérios hegemônicos do mundo pelos dois séculos seguintes, XVI e XVII. A “Ínclita Geração” (cf. Camões) do Infante Dom Henrique havia construído no século anterior a Escola de Sagres, onde se desenvolveu uma nova ciência da navegação e um conjunto de novas tecnologias decorrentes (caravelas, astrolábio, nau, quadrante, balestilha, etc), e que deu aos ibéricos a hegemonia global, a partir do domínio sobre o oceano Atlântico.

Foi então que, insatisfeita com a divisão do mundo colonial pelo Tratado de Tordesilhas, a Inglaterra instituiu a geopolítica da pirataria. Financiada pela coroa inglesa, surge então a chamada Era Dourada dos Piratas, que teve como pioneiro Francis Drake, famoso por suas ações marítimas de ataque às embarcações espanholas e portuguesas, tendo sido o primeiro destes a cruzar o Estreito de Magalhães, a partir do qual ocupou a Califórnia. Nos cem anos seguintes, o projeto franco-saxão de saquear navios ibéricos se estendeu por todos os oceanos do globo, das Caraíbas à costa oeste africana, da costa leste americana ao Oceano Índico. Assim se deu a construção do império inglês que dominou o mundo pelos séculos XVIII e XIX. Enquanto os portugueses construíram seu império com pesquisa e desenvolvimento tecnológico marítimo, os ingleses o fizeram por meio da pilhagem de bucaneiros e corsários.

O espírito bucaneiro é a herança saxã que continua orientando os angloamericanos. A forma de pilhagem é que se especializou. Doutrina Monroe, guerras híbridas, revoluções coloridas, liberalização forçada dos países aliados, tripé macroeconômico, dolarização das transações comerciais globais, políticas econômicas protecionistas e, mais recentemente, a guerra comercial imposta por Trump são os mecanismos modernos da pirataria contra o Brasil.

Mas a pirataria mais nociva é o sequestro dos corações e mentes. Genival Rabelo (7) já denunciava em 1966 a “ofensiva editorial” do capital americano no mercado editorial brasileiro, onde, dentre outras ideias, insistia no tema da “instabilidade política” na América Latina, omitindo as dependências econômicas que a amarravam ao capital americano e fazendo desta instabilidade algo intrínseco e peculiar, como um destino, ao mesmo tempo, em que louvavam a corrida espacial e a grandeza americana. Buscavam incutir inclusive a ideia, tão repetida hoje em dia, de que estar contra as posições norte-americanas é “coisa de comunista”.





Esta antiga propaganda macarthista evoluiu para o hodierno sequestro cismogênico de todo o debate público brasileiro. E no Brasil sequestrado, opções como liberal-conservadorismo, direita, progressismo, identitarismo e esquerda são os vários tons da vassalagem ao mesmo suserano. É preciso ter clareza sobre os interesses externos sobre o Brasil, assim como é urgente para a sanidade nacional romper com esta ação psicoativa que está esgarçando o tecido social, tornando irmãos compatriotas em inimigos numa guerra civil de natureza híbrida, e obstando a fundamental reflexão nacional sobre um novo ideário. Nossa geração de formuladores não pode ser obnubilada pela balbúrdia cismogênica. Como mostra Gustavo Corção na obra-prima *A Descoberta do Outro*, este tipo de polarização cega obscurece os valores e princípios mais profundos e universais necessários para uma sociedade saudável. Superarmos estas trincheiras ideológicas artificialmente impostas é um importante passo para o diálogo e a restauração de um terreno comum onde a nova utopia nacional possa ser construída.

NOTAS:

1. Antonio Paim. *História das Ideias Filosóficas no Brasil*, 2007.
2. Visconde do Uruguay, *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, de 1862.
3. Neste sentido, vale conhecer o livro do ex-deputado Márcio Moreira Alves, "Beabá dos MEC-USAID", Edições Gernasa, 1968.
4. Faço referência ao artigo de minha autoria, "A Nação Sequestrada", encontrada no link rodriggomorais.substack.com/p/a-nacao-sequestrada.
5. Para familiarizar o leitor sobre o tema, vale o breve artigo de Bourdieu e Wacquant, "Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista".
6. Aqui, vale conhecer a profunda pesquisa do professor Piero Leirner, principalmente o livro *O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida*.
7. RABELO, Genival. *O Capital Estrangeiro* na Imprensa Brasileira. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.

**Rodrigo Morais**

Estrategista e consultor político, especialista em grassroots e psicopolítica, pós graduado em Marketing Eleitoral e Diploma Internacional del Consultor Político (Lima, Peru). Atuação profissional no Brasil, Paraguai, Peru, Austrália e Moçambique.



OS 570 ANOS DA IMPRENSA E A CRUZADA CONTRA O CRISTIANISMO

José Roberto Azambuja

Foi num mês de fevereiro, há exatos 570 anos, com o apoio da Igreja Católica, que Johannes Gutenberg apresentou o primeiro livro impresso do mundo, inaugurando era que viria depois a ser chamada de tipografia: a Bíblia Sagrada. Aquele experimento ainda rudimentar, se comparado aos modernos livros digitais ou à impressão off-set que vieram depois, deu início a uma nova fase da História, na qual o conhecimento começou a ser democratizado, até chegar aos tempos atuais, com a Internet e a universalização do acesso à informação.

O acesso à informação ainda necessita de muito incentivo e, em especial, de não ser censurado. Mas a censura é um capítulo à parte e voltarei a ele em outra oportunidade.

Neste artigo, quero destacar que a invenção de Gutenberg deu origem depois a inúmeros outros livros (e também à Imprensa, permitindo a distribuição rápida de notícias e informações), e como está descoberta — que contou com o patrocínio da Igreja Católica — está atualmente sendo usada para atacar e desacreditar o Cristianismo, até mesmo através de teses acadêmicas e mídias patrocinadas por ateus e por grupos econômicos cuja finalidade é simplesmente expandir seus negócios, como as indústrias abortivas ou os grandes laboratórios farmacêuticos interessados em vender mais anticoncepcionais, pílulas do dia seguinte e camisinhas.

Erros e acertos católicos

Evidentemente, os dirigentes da Igreja Católica (e outras religiões cristãs) já cometeram muitos equívocos, dentro do necessário aprimoramento intelectual, moral e espiritual que a humanidade precisa. Portanto, a “caça às bruxas” e a mistura da Igreja com o Estado foram apenas alguns dos erros registrados pela História. No entanto, com certeza também houve muitos acertos. É justo que o lado positivo das religiões seja lembrado. Um dos principais acertos, do ponto de vista intelectual, foi a invenção da primeira “prensa” e dos tipos manualmente móveis, que depois passaram às linotipos elétricas, progredindo para as então modernas gráficas off-set, possibilitando a rápida reprodução da escrita. Esse “tipo” de acerto deve ser reconhecido por todos.

Através do primeiro livro impresso em larga escala, iniciava-se, naquele longínquo 23 de fevereiro de 1455, uma revolução intelectual pela qual a escrita se popularizou ao longo dos anos, devido à rapidez com que todos os livros passaram a ser produzidos — e a custos muito mais baixos.

A “prensa” e a Imprensa

Foi graças à primeira “prensa” que, muitos anos depois, convencionou-se a chamar de “Imprensa” o exercício jornalístico de se imprimirem as escritas, em papel-jornal, com informações, ao reportarem os fatos por meio da divulgação de notícias.

Se algumas pessoas deturpam os livros, ou as escritas, ou as palavras, ou as religiões, ou a própria Imprensa, não vem ao caso neste momento. Por hora, quero agradecer aos católicos pelos bons feitos e lamentar que hoje em dia alguns usem a escrita para atacar a cultura judaico-cristã que foi inicialmente difundida pela Igreja Católica, e depois também por evangélicos e alguns segmentos espíritas.

Sabemos que muitos dos ataques ao Cristianismo partem das próprias fileiras cristãs, de gente infiltrada nas religiões, que usam o discurso do “amor” de Jesus para tentar relativizar os valores judaico-cristãos e os princípios da família original, criada pela Natureza Divina, como se o Amor verdadeiro não caminhasse naturalmente ao lado da Justiça e da sinceridade.



Por José Roberto Azambuja

Jornalista profissional e faz a cobertura política em Brasília há mais de 20 anos. É pós-graduado em Marketing Político pela UnB (Universidade de Brasília) e já deu consultoria a várias lideranças partidárias na Câmara dos Deputados.

A contribuição dos evangélicos

Aproveito para reconhecer a contribuição fundamental dos primeiros “protestantes”, chamados depois de “evangélicos”, porque através da Reforma Protestante eles auxiliaram a separar a Igreja do Estado, fazendo com que — Inicialmente, no Ocidente — o Estado passasse a ser laico, daquele momento em diante (lembrando que “Estado laico” não é sinônimo de “Estado ateu”).

Lamento também que os evangélicos e católicos, principalmente, mas também os espíritas-cristãos, sejam constantemente atacados por correntes políticas que defendem o ateísmo como único princípio válido para o Estado laico e criticam ferozmente, quando políticos cristãos representam seus valores quando ocupam cargos oficiais no poder dos países. Alegam que isso é retrocesso, etc., como se fosse possível separar o ser humano de seus valores mais intrínsecos

Confundem que o Estado é laico, não tem religião em sua essência, mas é absolutamente natural e até mesmo necessário que os seres humanos, eleitos para representar outros seres humanos, carreguem consigo os seus valores (ateus ou religiosos) ao ascender ao poder político de sociedades, pelo mundo afora.

É no mundo ocidental, majoritariamente cristão, que percebemos as mulheres com mais liberdade e os cristãos atacados em sua fé. Tais ataques não são comuns em nações que não comungam do cristianismo em sua fé.

Aliás, não vemos tais ataques acontecerem contra muçulmanos, budistas ou hindus, principalmente nos países onde estas religiões são majoritárias. Os muçulmanos — por exemplo — cujo profeta, Maomé, é defendido até com pena de morte por grande parte de seus seguidores. Eu considero todas as religiões que pregam o Amor como uma coisa positiva, inclusive estas que mencionei, pois conheço pessoas que as estão seguindo e a quem tenho profundo respeito.

Se Jesus não tivesse ensinado o perdão e a compreensão, chegando literalmente a dar a outra face para um agressor Lhe agredir pela segunda vez, talvez os cristãos se sentissem à vontade para fazer “justiça” com as próprias mãos. Isso já aconteceu e foi horrível, Deus nos defenda!

No entanto, todo cuidado é pouco. Porque tudo tem limite nesta vida, está sujeito a paciência do povo de Deus não ser tão grande quanto à paciência do Mestre Jesus.

Como diz uma velha e atualíssima canção, interpretada pelo saudoso músico Luiz Ayrão:

“Deus falou para dar a outra face, se alguém um dia Lhe bater; mas se Lhe baterem novamente, Ele não falou o que fazer”.

“Viva simplesmente, espere pouco e dê muito de si. Esse é o caminho da felicidade”.



Por Rodrigo Schirmer

Juristocracia: A Justiça Como Ferramenta de Controle Político e Social

A juristocracia é um conceito que emerge da interseção entre a justiça e o poder político, referindo-se ao fenômeno no qual as instituições judiciais assumem um papel central na tomada de decisões que, tradicionalmente, estariam sob a alçada de outros poderes, como o Legislativo e o Executivo. O termo foi popularizado pelo jurista canadense Ran Hirschl em seu livro *Towards Juristocracy: The Origins and Consequences of the New Constitutionalism* (2004). Hirschl argumenta que, em muitos países, a transferência de poder para os tribunais não se deve apenas ao fortalecimento da democracia, mas às tentativas de elites políticas e econômicas de proteger seus interesses contra a vontade popular.

Embora o termo juristocracia seja recente, a ideia de poderes judiciais exercendo influência política remonta a sistemas antigos. No contexto moderno, a juristocracia ganha destaque com a ascensão do constitucionalismo após a Segunda Guerra Mundial. Durante este período, muitos países criaram tribunais constitucionais com amplos poderes para interpretar e aplicar as normas fundamentais, em um esforço para garantir direitos humanos e evitar novos regimes totalitários.

Embora o termo juristocracia seja recente, a ideia de poderes judiciais exercendo influência política remonta a sistemas antigos. No contexto moderno, a juristocracia ganha destaque com a ascensão do constitucionalismo após a Segunda Guerra Mundial. Durante este período, muitos países criaram tribunais constitucionais com amplos poderes para interpretar e aplicar as normas fundamentais, em um esforço para garantir direitos humanos e evitar novos regimes totalitários.

Nos anos 1990, a juristocracia se consolidou em diversos países, principalmente com a expansão da judicialização da política. Essa tendência pode ser observada em democracias consolidadas, como os Estados Unidos, e em democracias emergentes, como África do Sul e Brasil. O que inicialmente era percebido como um mecanismo de proteção dos direitos democráticos passou a ser questionado por seu uso para impor uma agenda política que muitas vezes escapa ao controle popular.

Exemplos Práticos

Um exemplo clássico de juristocracia é o papel do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Estados Unidos, que desde o caso *Marbury v. Madison* (1803) exerce o poder de revisar a constitucionalidade de leis. Outro caso é a Suprema Corte de Israel, que tem exercido um papel cada vez mais ativo em questões políticas e sociais, muitas vezes contrariando decisões parlamentares.

No Brasil, a juristocracia tomou forma especialmente após a redemocratização, com a criação de um STF com amplos poderes. A operação Lava Jato, que começou como um esforço de combate à corrupção, é um exemplo paradigmático. Por meio de decisões judiciais, políticos foram afastados, partidos enfraquecidos e setores da economia reconfigurados. Apesar de suas intenções declaradas, a Lava Jato expôs como a justiça pode ser usada para fins políticos, facilitando uma agenda específica que atendeu às elites econômicas e políticas, enquanto prejudicava setores populares e soberanos.

A Juristocracia no Contexto Atual Brasileiro

O Supremo Tribunal Federal (STF) é o centro de uma dinâmica que reflete os perigos da juristocracia. Longe de agir como um guardião neutro da Constituição, o STF tem sido acusado de servir como instrumento de uma elite política e econômica que manipula suas decisões para garantir seus próprios interesses. Essa tendência encontra apoio teórico em influências como a do jurista Ronald Dworkin, que moldou parte da visão do ministro Luís Roberto Barroso.

Dworkin defendia que os juízes deveriam interpretar a lei com base em princípios morais, o que, na prática, abriu margem para interpretações subjetivas que frequentemente ignoram a letra da lei. Esse "poder criativo dos juízes" é apresentado sob o verniz de proteger direitos fundamentais, mas, na realidade, serve para impor uma agenda política alheia à vontade popular.

Desde os eventos de 8 de janeiro de 2023, quando apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram sedes dos Três Poderes, o sistema judicial tem desempenhado um papel central na resposta institucional. No entanto, observa-se um uso seletivo e muitas vezes arbitrário de mecanismos judiciais para julgar e punir responsáveis, enquanto frequentemente se desconsidera o devido processo legal e a imparcialidade. Decisões politicamente motivadas, travestidas de defesa da democracia, corroem a confiança pública e consolidam um padrão em que o STF se torna um ator político direto.

O julgamento de Jair Bolsonaro exemplifica a questão central da juristocracia: um processo que é muito mais político do que jurídico. Decisões sobre sua elegibilidade política, e até mesmo processos penais, estão profundamente enraizados em disputas de poder entre grupos políticos e não podem ser resolvidos apenas no âmbito judicial. A resolução de tais questões requer um debate político aberto e transparente, algo que é dificultado pela concentração de poder nas mãos de tribunais que atuam como se estivessem acima do sistema democrático.

A juristocracia no Brasil representa um perigo à democracia ao permitir que interesses de uma elite política e econômica manipulem o sistema judicial para implementar uma agenda de controle. O Supremo Tribunal Federal, sob o pretexto de defender direitos fundamentais, tem consolidado sua atuação como um instrumento de poder político, em detrimento da imparcialidade e do equilíbrio entre os Três Poderes. Essa situação é agravada pela falência institucional em sua totalidade, sobretudo da classe política brasileira, que ao judicializar questões próprias e transferi-las ao Judiciário contribui para a ampliação desse poder. A incapacidade do Legislativo de exercer plenamente suas funções, devido à dependência das decisões judiciais, solapa ainda mais seu papel no equilíbrio democrático. O uso da justiça como ferramenta política enfraquece as instituições democráticas e subverte os interesses populares. A solução para o impasse não está apenas em reformar o sistema judicial, mas em fortalecer a esfera política, garantindo que o poder permaneça nas mãos do povo. O caso de Bolsonaro é emblemático: sua resolução transcende a esfera jurídica e exige uma negociação que reflita os interesses da nação e não a vontade de poucos.

Coelhos & Orelhas

Isto foi há muito, muito tempo, quando eu trabalhava em uma loja em um shopping.

Eram vésperas de Páscoa, e naquele dia, estávamos na loja: a filhinha da proprietária... e eu.

A menina tinha lá seus 5 ou 6 anos, com um lindo e sedoso cabelo escuro e uma comprida franja a cobrir os olhos, o que lhe conferia um ar extremamente crítico toda vez que fazia uma pergunta... e esperava por uma resposta crível.

Estávamos ambas no balcão, eu dobrando embalagens e ela desenhando.

Desenhou um coelho. Depois outro.

Depois vários coelhos.

Então veio a pergunta.

- Por que o coelho é chifrudo?

- O que?.. Ahnn... Bem..., na verdade, o coelho não é "chifrudo"; ele só é... "orelhudo".

O par de olhos pousou em mim com um silêncio constrangedor.

Então voltou a desenhar.

Ufa... a resposta havia sido convincente.

Por algum tempo.

Até vir outra pergunta.

- Por que os outros bichos não são orelhudos iguais ao coelho??

- Hmm... deixa ver... Ah, talvez... porque quando Deus inventou os bichos, Ele estava num dia muito inspirado, e resolveu inventar uma orelha diferente pra cada bicho. É..., quem sabe..., foi assim.

Novamente os olhinhos cravaram em mim por alguns segundos... então voltou a desenhar.

E desenhou vários bichos, com todas as várias orelhas que conhecia.

E eu suspirei aliviada por ela não ter perguntado de onde vinham os ovos de chocolate.

Por Ana Barbieri



Zilamar Takeda

Cultura é tudo o que um grupo de pessoas cria, compartilha e transmite ao longo do tempo, como língua, tradições, valores, crenças, ferramentas, códigos.

A cultura é subdividida em:

Cultura Popular

Cultura popular é a cultura que o povo faz para o povo consumir. É a cultura criada e vivida pelas pessoas comuns, tendo por característica ser menos refinada e até sendo entendida como menos educada.

O povo faz as roupas, as fantasias, e faz a própria festa. Juntam o dinheiro. Fazem vaquinha.

Para a cultura popular podemos citar como exemplos, no Brasil, o samba, o Carnaval, folclore (conjunto de lendas e mitos transmitidos entre gerações e representam a herança cultural e social de um povo), com festas folclóricas como Bumba meu Boi, Folia de Reis, literatura de cordel, adivinhas, provérbios e ditados, parlendas (rimas infantis), cantigas de roda, cantigas de ninar, música sertaneja, música de viola, bossa nova, MPB.

Cultura Erudita ou Cultura de Elite

Já a cultura erudita ou cultura de elite é a própria elite produzindo material para a elite social consumir.

São produções culturais associadas ao conhecimento especializado e à formação acadêmica, como música erudita, óperas, balés, literatura clássica, museus, artes plásticas, artes cênicas e concertos.

A cultura de elite é menos acessível ao público, por conta do custo e até pela exclusividade.

Alta Cultura

A alta cultura é um termo mais específico para produções artísticas ou intelectuais de elevado valor estético ou mesmo acadêmico, como obras clássicas, tal como peças de Shakespeare, sinfonias de Beethoven ou pinturas de Da Vinci.

A alta cultura se refere ao tipo de produção cultural que pode ser apreciada por pessoas fora das elites, que tenha interesse e acesso, porém é associada a um público mais instruído.





Cultura de Massa

A cultura de massa é produzida em larga escala para ser consumida por um público mais amplo, para atingir o maior número possível de pessoas.

A cultura de massa é geralmente impulsionada por indústrias culturais, como cinema, televisão, música pop, redes sociais, streaming, músicas virais, a mídia.

A cultura de massa tem por característica conectar pessoas de diferentes lugares, sendo também criticada por ser superficial e comercial.

Observe-se que a cultura de massa é a produção cultural criada pela elite, mas destinada ao consumo das massas. Assim, tem por característica ser padronizada e comercial, promovido por meios de comunicação em larga escala, como a TV e cinema.

Mesmo sendo acessível, sua intenção é lucrar, entreter e influenciar o público, passar coisas para o povo, como valores e ideologias das elites para a população, para que a população pense o que a elite quer que ela pense.

Há de se observar que as redes de notícias são adaptadas para entretenimento ou mesmo para sensacionalismo, com vistas ao lucro e audiência em vez de profundidade ou mesmo análise crítica, tendo assim o efeito de influenciar a opinião pública e promover o reforço de narrativas dominantes, limitando debates mais complexos, produzindo, assim, motivações, raciocínio, atitudes, objetivos, comportamentos favoráveis aos objetivos dos produtores desse tipo de conteúdo para as massas, e, por fim, consentimento do público, através da propaganda (termo usado no sentido de propagar uma visão de mundo, uma ideia) da comunicação social, sendo a própria mídia.

A cultura tem a finalidade de entreter e fazer conexões.

Já a propaganda faz uso desse alcance de persuasão, para influenciar o consumo, e, até mesmo, de valores culturais, para propagar um sistema ou mesmo um método de alteração comportamental, para reforçar o consumismo e modelar ideologias, sutilmente ou mesmo de forma explícita.

**Por Zilamar Takeda - Revista
Artmosfera**

*“Artmosfera Revista de artistas,
apreciadores da Beleza na Arte. Criada
por artistas experientes na jornada e
circuitos artísticos Nacional e
Internacional.”*

Artmosfera.com.br



AGORA LEVANTA E ANDA!

Por Wagner de Souza

O percurso da poesia no Brasil conheceu uma trajetória que, da artificiosa e convencional imitação dos modelos europeus, situada entre o Barroco e o Simbolismo, a levou à ruptura da Semana de 1922, onde supostamente triunfou sobre a rotina, sobre o ramerrão que esterilizava a possibilidade duma inspiração autêntica, autônoma nos motivos donde partia e independente nas formas que empregava. É verdade que mesmo aquela ruptura fora inspirada desde a vanguarda literária nos centros irradiantes do mundo civilizado; nem por isso, porém, deixou de paradoxalmente inculcar na elite artística brasileira um desejo de emancipação pelo qual havia de conquistar uma fisionomia singular, irreduzível, que de si mesma faria emergir uma sensibilidade, sob todos os aspectos, única e incontrastável.

Há quem conteste que tenha a poesia brasileira realizado o seu ideal de emancipação estética. O cosmopolitismo das vanguardas modernas, pelo qual agiam umas sobre as outras, através dos progressos dos meios de transporte e comunicação, contribuiu mais para a universalização convencional de certos movimentos artísticos (cubismo, fauvismo, surrealismo, etc.) do que propriamente para o surgimento de experiências estéticas autênticas. O impulso de ruptura com os valores artísticos consagrados, tradicionais, daquelas mesmas vanguardas, sob a inspiração sobretudo da psicanálise e da antropologia, contribuiu mais para ao acirramento das disputas ideológicas, para a coqueluche falaciosa do multiculturalismo e da revolução cultural do que propriamente para a experiência duma identidade legítima e original.

Passados 103 anos da Semana de 1922 chegamos a uma triste, amarga constatação: salvo honrosas exceções e, ainda assim, pontualmente em algumas de suas obras (Manuel Bandeira, Marques Rebelo, Jorge de Lima, Graciliano Ramos, Tasso da Silveira, Murilo Araújo, Cecília Meireles, Otávio de Faria, Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade, entre outros), a literatura brasileira viu gorar as esperanças duma verdadeira autonomia. Em geral, ela degenerou ora no mais infame e circense experimentalismo, ora no apelo cândido, fútil e sentimental, a um primitivismo de contorno meramente nacionalista.

Hoje, ao lado de eventuais sobrevivências destes vícios, o que vemos é o imenso Vale de Ossos Ressequidos, tão vasto quanto o visto pelo profeta Ezequiel. Neste vale jazem os restos mortais da poesia, da literatura brasileira; os despojos, cobertos de pó, das perdidas esperanças de fecundar a sensibilidade artística de nosso país com o sêmen duma criação verdadeiramente autêntica. E a pergunta que nos fazemos é idêntica a que fez o Senhor a Ezequiel:

- Filho do homem, porventura julgas que estes ossos poderão reviver?

E respondemos nós com o profeta: - *Senhor Deus, tu o sabes*. E ficamos a espreitar a chegada do momento em que o Senhor infundirá naqueles ossos o seu Espírito, recobrando-os de tendões, de nervos, de carne, de pele, fazendo-os reviver. Alguns dirão, os mais otimistas, que exageramos, que a poesia brasileira jamais morreu e que passa bem. Outros dirão que nem Deus pode ressuscitá-la. Nós, porém, somos do parecer de que este dia já amanheceu. De que o Senhor, do alto de seu trono, já proclama:

- Povo meu, vou abrir os vossos túmulos, tirar-vos de vossos sepulcros e introduzir-vos na terra de Israel. Sabereis, povo meu, que sou o Senhor, quando eu abrir os vossos sepulcros, e vos tirar dos vossos túmulos e infundir o meu espírito em vós para reviverdes, e vos fizer repousar sobre a vossa terra; sabereis que eu, o Senhor, o disse e o fiz — oráculo do Senhor Deus.

E para o provar, ao lado das ossadas que, vez por outra, exibiremos aqui, transcrevendo o que de melhor a literatura brasileira já nos deu, estamparemos um ou outro artista que vemos erguer-se do horrendo Vale, sacudindo o pó das vestes andrajosas, para finalmente repousar em sua terra.

Hoje apresentaremos o Sr., Bento Augusto Camarilla. Nascido em 5 de abril de 1979, em Ouro Preto, Minas Gerais, o Sr., Bento Camarilla é um mestiço de sangue indígena e espanhol. Numa das cartas que dele recebi (sim, ainda nos comunicávamos por cartas), ele me dizia: "não possuo outra pátria além do baú de memórias, lendas e cantigas de meus antepassados". Soube por ele que seu amor pela literatura foi, em grande medida, despertado por seus avós, que usavam contar-lhe histórias quando menino. Seu primeiro livro, *Cantilena da Noite*, ele o publicou em 2009, quando completava 30 anos. Foi bem recebido pela crítica... ao menos assim o soube.

Bento Camarilla é um poeta de delicadas melodias verbais, capaz de tecer uma urdidura de timbres e harmonias na qual os contornos de sua eloquência exprimem-se por meio duma música cheia de acentos trágicos. Ele mesmo usa para definir sua poesia como uma confrontação com a inexorável temporalidade de nossa existência, como dramática busca pela identidade de nosso ser, como dilacerante comoção ante o peso da eternidade em face da morte. A título de exemplo, vejamos este seu soneto:



DAS CINZAS

A noite se fez em seus olhos
num sopro sem brilho de lua,
sem estrelas, sem sonhos – nua
escuridão vagando abismos.
És mera sombra entre os murmúrios,
no barco averno de Caronte,
esquecendo em gélidas águas
as manhãs de um pomar distante...
Ouve as penas que expiam vozes...
Ouve o céu – ilhado silêncio
de estrela cega– sem desígnios...
Ouve o estalar do cílcio
crescer e pra si mesmo diz:
“Ó, meu Deus, o que foi que eu fiz”?

Antes de tudo, a escolha do verso empregado. Camarilla emprega o octossílabo, verso muito achadiço em francês e espanhol, mas pouco frequente em português. Entre nós, este verso frequentou a musa parnasiana, onde cumpriu um presságio formulado pelo velho Castilho em seu Tratado de Metrificação Portuguesa, de 1858:

“O metro de oito sílabas, pode-se dizer que ainda não é usado em português... razão por que sua harmonia se não acha ainda devidamente fixada, nem o ouvido nacional por ora se lhe ajeta; todavia quando mais e melhor cultivado, a julgarmo-lo pelos seus elementos, e pelo que os franceses dele têm chegado a fazer, pode vir a ser muito apreciado”.

Desde então entrou a ser usado, e a escolha de Camarilla reflete uma tendência pela qual “o ouvido nacional” já se vai ajetando.

Dada a índole de nosso idioma, dos 14 versos deste soneto, 10 são graves, 2 esdrúxulos e apenas 2 agudos. A distribuição dos esdrúxulos feita por Camarilla reflete a destreza com que engendra a composição: a segunda quadra abre com o primeiro verso deste tipo, modulado num timbre soturno em “u”, para nos três versos graves seguintes avançar paulatinamente na escala numa cadência ascendente desde o “o” nasal de “Caronte”, passando pelo “a” agudo de “águas”, para finalmente resolver a quadra no “a” nasal de “distantes”. É por meio deste recurso que, na lúgubre travessia do Aqueronte “no barco averno de Caronte”, as ternas recordações daquelas “manhãs de um pomar distante” se vão esbatendo em esquecimento nas “gélidas águas”. O segundo esdrúxulo empregado por Camarilla, agora no último verso do primeiro terceto do poema, arremata um contorno melódico precisamente inverso: o “o” agudo de “vozes” desce até atingir o “e” nasal de “silêncio” para daí elevar-se até o “i” agudo de “desígnios”, traçando um perfil melódico simétrico, mas oposto ao da segunda quadra. Contudo, de que outra maneira poderíamos ouvir “as penas que expiam vozes”, ou este “céu – ilhado silêncio/de estrela cega”?***

Depois, o ritmo... Toda a oitava (o conjunto dos dois quartetos) apresenta uma estrutura rítmica que, sem ser exatamente paralela, ainda assim é simétrica. Ambos os quartetos abrem com a isorritmia dos dois primeiros versos: no primeiro, “A noite se fez em seus olhos/num sopro sem brilho de lua”, com um compasso iâmbico-anapéstico; no segundo, “És mera sombra entre os murmúrios/no barco averno de Caronte”, com aquela pulsação iâmbico-peônica. A passagem ao aniquilamento, à submersão do ser nas trevas do tempo e do esquecimento, nos é assim mostrada em toda a latitude de sua trágica marcha para uma eternidade cujo compasso se dilata num andamento ainda mais fatídico que a própria morte.

Mas é nos variados recursos de sua eloquência que Camarilla mais revela sua destreza. Vejam-se estes dois versos da primeira quadra: “num sopro sem brilho de lua/sem estrelas, sem sonhos – nua”, onde a aliteração em “s” deixa-nos ouvir e sentir as sinistras rajadas do Nada, cruzando as abóbodas no abismo; ou estás outras em “r” nestes versos da segunda quadra: “És mera sombra entre os murmúrios/no barco averno de Caronte”, onde a aliteração, agora em “r”, torna audível o negro marulhar das águas do Aqueronte na travessia para o esquecimento; ou veja-se ainda aquela anáfora em “ou” no início dos 9º, 10º e 12º versos em que se pode ouvir o ululo, a queixa muda daquele a quem o látigo da eternidade, assinalado pela aliteração em “L” do 12º verso, impiedosamente fustiga na imperecível interrogação do último verso: “Ó, meu Deus, o que foi que fiz”?

Não sei, hoje, por onde anda Bento Augusto Camarilla. A última notícia que tive dá conta de que vive ainda em Ouro Preto num quase anonimato. Nesta mesma notícia, soube que continua a escrever e, mesmo, que ministra oficinas de escrita criativa. Eu o trouxe aqui porque, tendo Deus e Ezequiel se desincumbido do trabalho realmente duro, cabia-me apenas a vaidade de arrematar o serviço com o despacho canalha de quem diz:

Agora levanta e anda!



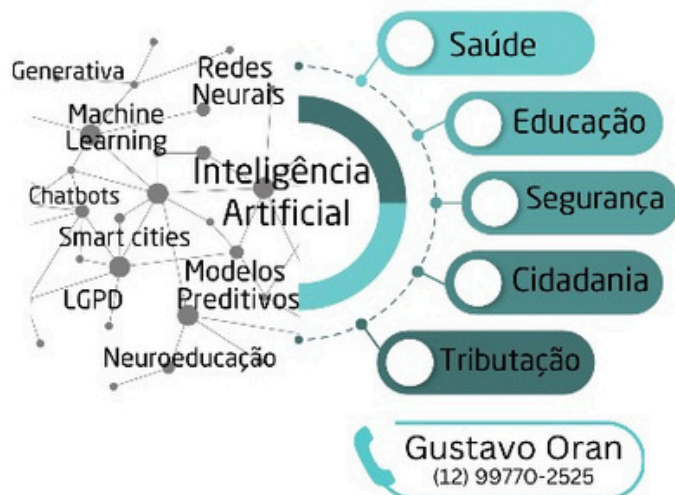
Cláudio Luis Caivano



08/01 CPMI
A VERDADE CONFISCADA



Soluções tecnológicas inovadoras e customizadas para o setor público



NEOCÓRTEX

Plataforma especializada em Ações Psicológicas integradas com Inteligência Política Aplicada

1. Pesquisa Digital em Massa
2. Análise Comportamental Algorítmica
3. Cartografia Eleitoral (mapa de calor)
4. Fusão Estatística e Pesquisa

HIPERSEGMENTAÇÃO eleitorado
MICRO FRAGMENTAÇÃO território

(11) 94890-0431
Rodrigo Morais



ESTRATÉGIA ELEITORAL
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

SEU PROJETO POLÍTICO COMEÇA AQUI!

- Diagnóstico Estratégico
- Comunicação Governamental
- Metodologia War Room
- Gestão de Crise Política
- Política de Base
- Consultorias e Treinamentos

www.estrategiaeleitoral.com



LML
ADVOGADOS

Dra. Luciana M. Lima
OAB/SP 173.304
Fone: (11) 94226-0701

REVISTA BUNKER

NOTICIANDO POLÍTICA E EDUCAÇÃO